

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO E NAS DECISÕES FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS RURAIS, REGIÃO DE ANDRADINA, ESTADO DE SÃO PAULO¹

Juliana Moreno Trigo²
Antonio Lázaro Sant'Ana³
Maria Aparecida Anselmo Tarsitano⁴

1 - PARTICIPAÇÃO E EXCLUSÃO DAS MULHERES NA ESFERA PRODUTIVA

As mudanças recentes na sociedade refletiram-se nas relações familiares e levaram à diluição do padrão de família chamada nuclear, cujo foco estava na estrutura do grupo familiar e não na qualidade das inter-relações. A tendência atual na área de família é distanciar-se de propostas rígidas de modelos, pois as pesquisas sobre o tema no Brasil têm mostrado não somente grande diversidade na sua organização no que se refere à composição, mas também no que diz respeito às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior (ROMANELLI, 2002).

Apesar da participação considerável do sexo feminino na esfera produtiva, o trabalho executado pelas mulheres tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e, historicamente, elas constituem um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas (BRUMER; PAULILO, 2004; MELO, 2006)⁵. A invisibilidade das mulheres, enquanto sujeitos ativos dos processos produtivos, e da reprodução na agricultura familiar, é um mecanismo que perpetua as desigualdades de gênero (SILVA; PORTELLA, 2006).

Pesquisas em assentamentos, tanto quanto na agricultura familiar em geral (PANZU-

TTI, 2006), apontam para uma participação importante das mulheres nas atividades produtivas. Leite et al. (2004) constataram que as mulheres representavam 43% das pessoas que trabalhavam nos lotes, no entanto, sua participação como titular do lote era de apenas 12,6% do total, no Estado de São Paulo (FERRANTE; BARONE, 1999) e, nos recursos concedidos nos primeiros anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), somente 7% do total em nível do Brasil⁶. A Portaria 981/2003 do INCRA, que permitiu acesso da mulher à terra por meio da dupla titulação, assim como o PRONAF-Mulher ampliaram os direitos das mulheres, como mostra o trabalho recente de Butto e Hora (2008). No entanto, ainda há problemas para a participação autônoma efetiva da mulher na tomada de crédito e em outras decisões relativas ao lote.

Brumer (2004), ao tratar das relações de gênero na agricultura do Rio Grande do Sul, afirma que as mulheres responsabilizam-se sozinhas pelo trabalho doméstico, assim como pelo uso de recursos destinados ao consumo nesse âmbito. Além disso, as mulheres tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos. O trabalho das mulheres, no entanto, não se restringe à esfera doméstica⁷. Elas executam atividades no meio rural, como limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos; processamento dos produtos agrícolas; cuidado de animais e trabalhos da horta, principalmente, quando os produtos são destinados ao consumo da própria família.

Em uma análise comparativa entre diferentes gerações de agricultores familiares,

¹Este artigo é originário de uma pesquisa mais ampla financiada pelo CNPq, da qual todos os autores do artigo participaram, e de um trabalho de Iniciação Científica com bolsa FAPESP desenvolvido pela primeira autora. Registrado no CCTC, IE-107/2008.

²Engenheira Agrônoma (e-mail: juliatrigo@yahoo.com.br).

³Engenheiro Agrônomo, Doutor, Professor da Unesp - Ilha Solteira (e-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br).

⁴Engenheira Agrônoma, Doutora, Professora da Unesp - Ilha Solteira (e-mail: maat@agr.feis.unesp.br).

⁵Melo (2006), por exemplo, constata que embora caiba também à mulher a responsabilidade pelo abastecimento da água para o consumo da família, esta fica à margem dos programas governamentais criados para atender a essa demanda na região semi-árida brasileira.

⁶Dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), citados por Mascena (2002).

⁷A autora se refere ao Estado do Rio Grande do Sul, mas embora não seja uma regra geral, em outras regiões também se observa que o trabalho da mulher extrapola o âmbito doméstico.

Sant'Ana (2003) constatou que houve redução do poder de decisão individual do chefe da família (o homem) e aumentou a participação de outros membros da família nas decisões relativas ao que produzir, à distribuição dos serviços e à comercialização. Essa maior participação, no entanto, foi mais significativa em relação aos filhos do sexo masculino. Somente nas decisões relativas ao âmbito doméstico ("gastos da casa") a participação da mulher ainda é predominante.

Silva e Portella (2006) afirmam que as atividades realizadas pelas mulheres na agricultura familiar são partes de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que expressam as desigualdades de gênero e que também aloca claramente o que é atributo de mulheres e de homens. O trabalho agrícola das mulheres é concebido como "ajuda" porque é considerado fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas⁸. Paulilo (2004) menciona que por mais desgastante e penoso que seja o serviço, é identificado como trabalho "leve" se for realizado por mulheres.

Salvaro (2004), ao discutir a divisão do trabalho em um assentamento coletivo, em Santa Catarina, constata que as mulheres agregam às tarefas extradomésticas as tarefas domésticas, sugerindo que a dupla jornada de trabalho feminina mantém-se inalterada nesse espaço e evidenciando que a divisão sexual do trabalho na família não sofreu modificações significativas⁹.

Brumer (2004) atribui a invisibilidade do trabalho da mulher na esfera produtiva ao fato de ser praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com os agentes externos, como bancos, sindicatos, cooperativas, firmas vendedoras de insumos e compradores. Além disso, a grande maioria das mulheres não é preparada e nem tem oportunidade de adquirir o conhecimento tecnológico necessário para gerir o estabelecimento agropecuário e não administram os recursos originados com a venda da produção.

Essas restrições e o caráter de "ajuda" atribuído ao seu trabalho explicam, possivelmente, o número significativo e crescente de mulheres que, em algumas regiões, trabalham fora do assentamento como assalariadas. Em algumas

⁸A este propósito ver trabalho clássico de Heredia (1979).

⁹Silva (2003) também mostra que poucas foram as mudanças nas relações de gênero nos assentamentos.

situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote; em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas mais ou menos dissimuladas da violência de gênero (FERRANTE; BARONE, 1999). Deixar o trabalho agrícola, no entanto, não significa sempre maior satisfação pessoal por parte das mulheres, pois a baixa escolaridade e a prevalência do caráter patriarcal da família restringem as opções de trabalho fora da agricultura ou mesmo o inviabilizam, como constatou Panzutti (2006)¹⁰.

Cordeiro (2006), ao analisar as relações de gênero no Sertão Central de Pernambuco, constata que a participação das mulheres em movimentos sociais pode provocar mudanças nas relações de gênero nas esferas pública e privada, mas não da mesma forma e intensidade, e conclui também que a família e a comunidade parecem resistir ao empoderamento¹¹ das mulheres. Estas enfrentam conflitos, tensões e dificuldades na família e na comunidade para poder decidir sobre aspectos como tempo, trabalho, sexualidade e participação política¹².

Como afirmam Simião e Marchi (1995) as representações dos espaços masculino e feminino não são naturais, mas culturalmente construídas. Portanto, desenvolver novas práticas de relações de gênero significa também uma luta constante por conquistas do espaço e abrange relações de poder em um sentido muito mais

¹⁰Panzutti (2006) relata que as famílias de plantadores de algodão da região de Leme, em sua maioria, mudaram para a cidade e melhoraram de vida em termos materiais, mas mulheres, ao passarem a se ocupar apenas das tarefas domésticas, vivenciaram a mudança como uma perda, pois a dependência dos maridos aumentou e perderam o *status* que tinham no âmbito familiar quando participavam da produção.

¹¹Cordeiro (2006) utiliza a noção de empoderamento na perspectiva de gênero, significando a capacidade das pessoas ou grupos de controlar suas próprias vidas: obter habilidades para fazer determinadas coisas; decidir sobre as questões que lhes dizem respeito; mudar eventos e situações, de um modo que previamente não existia; e, mais do que isso, alterar de forma radical os processos e estruturas que reproduzem a posição de subordinação das mulheres.

¹²Em trabalho que discute a experiência desenvolvida por um grupo de mulheres assentadas rurais (no oeste do Estado de São Paulo) que formalizaram uma pequena agroindústria de base familiar voltada para a fabricação de doce-de-leite, Costa et al. (2003) também constatam que a elevação da participação da mulher na renda familiar muitas vezes não é acompanhada de maior poder de decisão, seja na administração do lar ou mesmo na atividade empresarial, sendo que a falta de apoio dos maridos pode ser constatada em diversas situações.

amplo do que aquele comumente atribuído à relação homem-mulher. Os conflitos e tensões indicam que esses espaços não são estanques, estão sempre mudando e em disputa.

2 - METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Neste trabalho considerou-se que a participação/exclusão das mulheres tem sido condicionada por preconceitos de gênero que desvaloriza os espaços considerados femininos, enquanto os espaços masculinos são valorizados, mas a delimitação das fronteiras entre estes espaços é dinâmica e objeto de disputa por legitimação, em termos de participação e/ou decisão.

As noções de “poder” e “autoridade” são utilizadas para entender as mudanças e a permanência nas relações de gênero nos assentamentos rurais estudados. De acordo com Romaneli (2002) há uma diferença importante entre autoridade e poder: “*autoridade supõe comando e obediência em uma ordem hierárquica, excluindo meios externos de coação*” (enquanto) “[...] *poder supõe o processo de imposição da vontade de alguém, mesmo contra a resistência do outro*”.

Inicialmente foi aplicado um questionário, relativo a uma pesquisa mais ampla realizada nos assentamentos Orlando Molina, em Murutinga do Sul (SP), e Timboré, que abrange os municípios de Andradina (SP) e Castilho (SP), e estudou as estratégias de produção e comercialização das famílias. Foram pesquisados 25% (19 famílias) do total de assentados do Orlando Molina e 20% (35 famílias) do Timboré. Após análise dos dados do questionário, procedeu-se à seleção das 28 mulheres que participaram desta pesquisa (em torno de 50% das famílias da pesquisa mais ampla).

No Orlando Molina, foram pesquisadas 10 mulheres e no Timboré, 18 mulheres. Os critérios de seleção buscaram expressar a diversidade existente entre as mulheres quanto a: idade, grau de escolaridade, número de filhos no assentamento, tipo(s) de trabalhos (doméstico, agrícola, não agrícola), atividades produtivas das famílias e participação (ou não) da mulher em atividades grupais/comunitárias.

Procedeu-se, então, à elaboração e à aplicação de um questionário as 28 mulheres dos dois assentamentos pesquisados. O questionário abrangeu um conjunto de aspectos referentes às relações e decisões familiares no âmbito da casa,

do lote e sobre o trabalho das mulheres fora do lote.

A etapa seguinte consistiu na realização de entrevistas com doze mulheres do Assentamento Timboré e de seis mulheres do Assentamento Orlando Molina. O grau de participação e de decisão nos diferentes espaços e a realização (ou não) de atividade específica geradora de renda monetária foram os critérios para a seleção das mulheres entrevistadas. As entrevistas foram do tipo dirigida, mas como base em um roteiro temático semi-aberto (CHIZZOTTI, 2005) e flexível, de modo a permitir que a entrevistada discorresse sobre sua experiência sem interrupções frequentes. Visaram captar as trajetórias e as estratégias das mulheres assentadas para aumentar sua participação em determinados espaços e decisões.

Em seguida foram realizadas entrevistas gravadas com roteiros específicos para cada um dos agentes externos, sendo eles: um técnico do ITESP que atua no Orlando Molina; a assistente social que trabalha em ambos os assentamentos e é responsável pela articulação dos grupos de mulheres; a agente de saúde e um agrônomo que atuam no Timboré. Os roteiros buscaram apreender a percepção destes agentes sobre a participação ou exclusão das mulheres tanto em atividades no âmbito do lote e na sociedade, quanto nas decisões referentes a esses espaços.

3 - PARTICIPAÇÃO/EXCLUSÃO DAS MULHERES PESQUISADAS NOS ASSENTAMENTOS ORLANDO MOLINA E TIMBORÉ

3.1 - Características Gerais dos Assentamentos Orlando Molina e Timboré

O assentamento Orlando Molina está localizado a 8 quilômetros do município de Murutinga do Sul, Estado de São Paulo, possui 77 famílias assentadas em lotes com área predominante entre 14,5 e 16,0ha.

O diagnóstico do ITESP indica que as culturas que possuem algum destaque no Orlando Molina são: milho, abacaxi e mandioca de mesa. A pecuária leiteira é a principal atividade do Assentamento, sendo que a produção anual média diária é de pouco mais de 5 litros por vaca.

O assentamento Timboré está localizado nos municípios de Andradina e Castilho, ambos no Estado de São Paulo. Em 1989 um grupo de traba-

lhadores, a maior parte proveniente de Sumaré (103 famílias) e Andradina (27 famílias), ocupou uma parte fazenda; mas somente em 1995, a área de 3.364,7 hectares foi parcelada pelo I-TESP, resultando no assentamento de 176 famílias em lotes com área predominante variando de 14 a 15ha.

No assentamento Timboré, assim como no Orlando Molina, a principal atividade é a pecuária leiteira. Dentre as culturas anuais destaca-se o milho que é utilizado dentro do sistema de produção do leite e em menor escala algumas olerícolas, como o quiabo.

3.2 - Características Gerais das Mulheres¹³

As mulheres pesquisadas nos dois assentamentos estão representadas em todas as faixas etárias com intervalo de 10 anos, a partir de 20 até mais de 70 anos, concentrando-se na faixa de 41 a 50 anos (46,4% - 13 mulheres). O número de filhos vivendo no lote varia de zero a quatro e a escolaridade das mulheres oscila desde analfabetas até as que completaram o ensino médio, com predominância daquelas que estudaram no máximo até a 5ª série do ensino fundamental (57,1%). Quanto ao tipo de trabalho, a grande maioria combina o trabalho doméstico e no lote. Embora seja menos frequente, há mulheres que, além de executarem o serviço do lote, realizam trabalho fora, com o intuito de complementar a renda familiar. Nessa situação estão enquadradas quatro mulheres, duas trabalham na recepção do leite em tanques de expansão¹⁴ e as outras duas como agentes de saúde dos respectivos assentamentos onde moram. Todas combinam este trabalho com a atividade doméstica e duas ainda realizam trabalho agrícola no lote. Algumas mulheres também participam de atividades grupais (grupo de mulheres, cooperativas, associações) e ocupam cargos nessas organizações.

¹³As análises realizadas a partir deste item tiveram como base os dados dos questionários aplicados a 28 mulheres e às entrevistas gravadas com 18 destas mulheres dos Assentamentos Orlando Molina e Timboré.

¹⁴Tanques de expansão ou isotérmicos servem para manter refrigerado o leite até que o caminhão tanque (também refrigerado) recolha o produto, o que pode acontecer diariamente ou a cada dois ou três dias em função da capacidade de armazenamento do tanque e da quantidade de leite depositada diariamente. Nos assentamentos são tanques comunitários que atendem algumas dezenas de produtores.

3.3 - Participação/Exclusão das Mulheres no Trabalho

O trabalho das mulheres extrapola a esfera doméstica; elas executam no espaço rural trabalhos relacionados às culturas e ao cuidado de animais, corroborando as constatações de Brumer (2004) (Figura 1).

Observa-se, também, que 57,1% (16 do total de 28) das mulheres realizam sozinhas os serviços domésticos e 53,8% (15) responsabilizam-se individualmente pela compra dos produtos para a casa (Figura 1). Junto com outros membros da família 71,4% das mulheres (20) estão envolvidas no trabalho nas culturas, 57,1% (16) no manejo dos bovinos e 50% (14) em atividades no quintal, como cuidar das plantas e dos animais domésticos. A participação das mulheres é menor em atividades comerciais: 78,6% (22) declararam não participar da venda de animais e 67,9% (19) da venda dos produtos da roça, 64,3% (18) não participam da compra de produtos para o lote e 60,7% (17) não realizam a ordenha do gado (na região esta é considerada uma atividade masculina).

Muitas vezes as mulheres participam de todo trabalho preliminar de preparação do produto para a comercialização, mas não das decisões (como se verá a seguir). A maioria das mulheres justifica essa menor participação, alegando que o homem estaria mais capacitado para tais tarefas:

“Bom na questão da compra de insumos essas coisas aqui é tudo pra ele por conta do entendimento maior é dele, de gado também entendimento maior é dele e tempo também pra ele, então isso fica pra ele por conta mais de entender, que aí ele vai na loja ele já sabe” (L.A.F., casada, Timboré).

“Ah, porque eu nunca vendi, nunca mexi com isso, sempre foram eles. Quando comecei a trabalhar, desde pequena, eram meus pais que mexiam com isso” (T.B.F., casada, Timboré).

Este último depoimento mostra que as raízes da suposta não capacitação estão na própria forma como foram educadas pelos pais. Mas há casos de mulheres que assumem integralmente as tarefas do lote, seja porque a viuvez as obrigou a lidar com todas as atividades, seja porque tomam iniciativa para fazer valer suas concepções e direitos, como se pode observar no

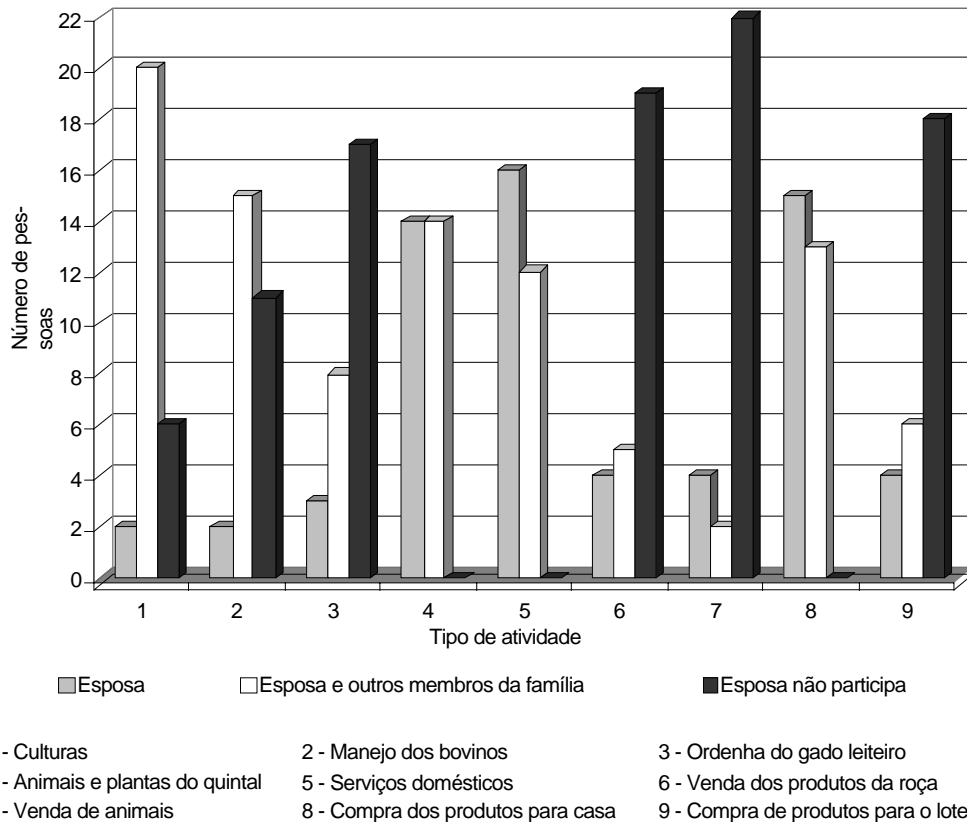


Figura 1 - Participação da Mulher no Trabalho do Lote e em Atividades Comerciais, Assentamentos Timboré e Orlando Molina, 2005 e 2006.

Fonte: Dados da pesquisa.

depoimento de uma das mulheres:

"Toda vida eu realizei ordenha do gado. Sobre a venda de animais tinha vez que ele participava, mas aí sempre eu falava assim 'não vamos dá esse preço' e ele queria dá outro preço mas aí ele falava assim 'vamos deixar o seu preço né, porque você, mulher, é teimosa'. Nós dois ficava responsável pela compra e venda de produtos do lote, mas sempre mesmo era eu, eu que pegava o dinheiro. Atualmente eu mesmo faço tudo e eu vou fazer até o final da minha vida, se Deus quiser" (M.G.P, viúva, Orlando Molina).

Quando o contato com agentes externos (pessoas, órgãos públicos ou empresas) envolve o cuidado com a família, a participação da mulher também é significativa (Figura 2). Verifica-se que 57,1% (16) das mulheres pesquisadas participam sozinhas das reuniões dos filhos na escola e 39,3% (11) responsabilizam-se individualmente pelo acompanhamento ao médico dos membros da família.

No que se refere aos assuntos técnicos, a participação ainda é significativa, embora um pouco menor. Sozinha ou com o esposo,

57,1% (16) das mulheres estão presentes em palestras e/ou cursos técnicos sobre as atividades realizadas no lote; 46,4% (13) participam de reuniões com os demais assentados e de reivindicações junto a órgãos públicos e políticos. Por outro lado, 57,1% (16) das mulheres afirmaram não participar das conversas com os técnicos (do ITESP, laticínio ou outro órgão) na ocasião em que estes visitam a propriedade (Figura 2). Estas mulheres alegam não ter interesse neste tipo de atividade e os atende somente quando os maridos não estão nos lotes.

A entrevista com o técnico que atua no Assentamento Orlando Molina, apesar de ter reforçado o dado da pesquisa de que a maioria das mulheres não são protagonistas nas conversas com os técnicos, indicou que em muitos casos a esposa acompanha essas conversas, o que pode representar uma estratégia das mulheres na busca de maior capacitação e, com isso, maior autonomia.

"Na maior parte das vezes eu converso com o marido, mas a mulher quase sempre está junto nessas conversas. Mas quando ocorre de eu chegar no lote e o marido não estar, eu per-

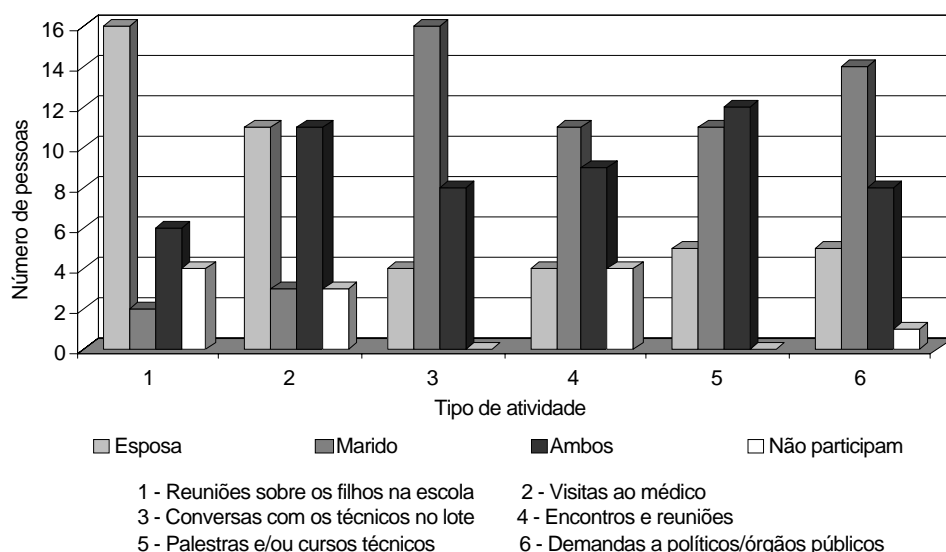


Figura 2 - Participação dos Gêneros em Atividades Sócio-políticas, Assentamentos Orlando Molina e Timboré, 2005.
Fonte: Dados da pesquisa.

gunto se ela pode me dar as informações, algumas mulheres conversam comigo, outras já dizem que é só com o marido, que elas não sabem dizer, neste último caso eu dou um puxão de orelha nelas e digo 'mas como você não sabe, tem que saber, isso é importante' (M.O.G., Técnico do ITESP, Orlando Molina).

No que se refere à participação feminina predominante nas reuniões de pais na escola, esta indica um maior envolvimento da mulher, comparado ao marido, com a educação dos filhos conforme constataram também Poletine et al. (2005). O maior envolvimento da mulher também com a saúde da família ficou evidente no depoimento da agente comunitária de saúde: "A maioria das decisões relativas à saúde da família é a esposa quem toma, a mulher. A orientação sobre crianças é mais com a mãe que a gente dá" (I.A.P.S., Agente Comunitária de Saúde, Timboré).

A divisão do trabalho entre os membros da família torna possível a visualização das contribuições de ambos os sexos, tanto no que diz respeito às atividades produtivas quanto às reprodutivas, como a constatação de que há uma tendência, por parte dos próprios membros da família, em naturalizar os espaços de domínio masculino e feminino, como foi constatado em outras pesquisas (BRUMER, 2004; SILVA; PORTELLA, 2006). O depoimento de uma das mulheres entrevistadas sobre o motivo do não envolvimento em atividades como a ordenha do gado leiteiro, a venda de animais e a compra e venda dos produtos do lote também deixa evidente essa

divisão: "Eu acho que isso faz parte pra eles, deles dos homens, entre meu marido e meu filho" (M.A.S., casada, Timboré).

No caso das culturas, o trabalho das mulheres é de dimensão considerável, embora seja, na maioria dos casos, realizado juntamente com outros membros da família, ficando, muitas vezes, sob a coordenação do homem. Outro ponto a ser salientado é que o envolvimento da mulher com o trabalho nas culturas tende a não ser contínuo (exceto nos casos de mulheres viúvas), sendo realizado com maior frequência em épocas em que há acúmulo de serviços. Definido como eventual e realizado juntamente com outros membros da família, o trabalho da mulher assume o caráter de "ajuda", caracterizando, dessa forma, o trabalho agrícola na unidade produtiva como de domínio masculino: "Eu tiro leite sim, mas só quando tem bastante produção, aí eu tiro a tarde mais ele e cedo. Que nem agora [a produção] tá pouca, ele tira sozinho" (A.L.S., casada, Timboré).

O caráter de "ajuda", associado ao trabalho da mulher, apareceu também nos depoimentos do técnico do ITESP e do agrônomo, indicando que os responsáveis pelo trabalho de extensão rural acabam incorporando involuntariamente o discurso do caráter auxiliar deste trabalho:

"Teve um curso iniciado em 2004 de capacitação em comercialização. O grupo era constituído de 22 assentados de vários assentamentos e a maioria do grupo era formado por mulheres. E são elas também que estão mais

voltadas para a agroindústria, para transformação do produto. *Elas acabam produzindo e ajudando na renda do lote.*" (A.P.M., Agrônomo do ITESP, Timboré).

O depoimento do agrônomo, ao mesmo tempo que menciona a atuação da mulher como uma "ajuda", mostra também que elas estão buscando aumentar sua participação na transformação dos produtos e na comercialização dos mesmos (na maioria dos casos trata-se de produção artesanal que utiliza como matéria-prima as plantas e animais do quintal, e, nesse caso, a atribuição da venda fica frequentemente com a mulher). De modo geral a comercialização é considerada atividade masculina (vide Figura 1), mas esse tipo de trabalho artesanal é considerado complementar/acessório¹⁵ e, nesse caso, abre-se um espaço para a mulher também "negociar".

A irregularidade do trabalho da mulher com as culturas e criações do lote não significa que este não tenha importância, pois essas atividades sempre acarretam o aumento de sua jornada, acúmulo de tarefas e sobrecarga de responsabilidades, cabendo a elas dar respostas às dificuldades impostas para a manutenção da casa e da família.

3.4 - Participação/Exclusão das Mulheres nas Decisões

No que diz respeito ao processo de tomada de decisão no âmbito do lote é pequena a participação individual das mulheres em quase todos os itens pesquisados (sempre menor do que 20%)¹⁶ (Figura 3).

Na maioria dos itens pesquisados, principalmente no que se refere à venda dos produtos e para quem será vendido, verifica-se ampla predominância da decisão individual do marido. A justificativa dada pela maioria das mu-

¹⁵Vários trabalhos constataram que esse caráter secundário da renda auferida pela mulher está presente no plano dos discursos, mesmo quando na realidade é a principal fonte de renda da família (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2007).

¹⁶Panzutti (2006), ao analisar a participação das mulheres de produtores familiares de algodão da região de Leme, também constata que sua participação no trabalho da unidade familiar (antes da modernização técnico-produtiva) é maior do que a participação nas decisões. Com a modernização, as famílias mudam-se para a cidade e a quase totalidade das mulheres deixa de participar tanto do trabalho, como das decisões.

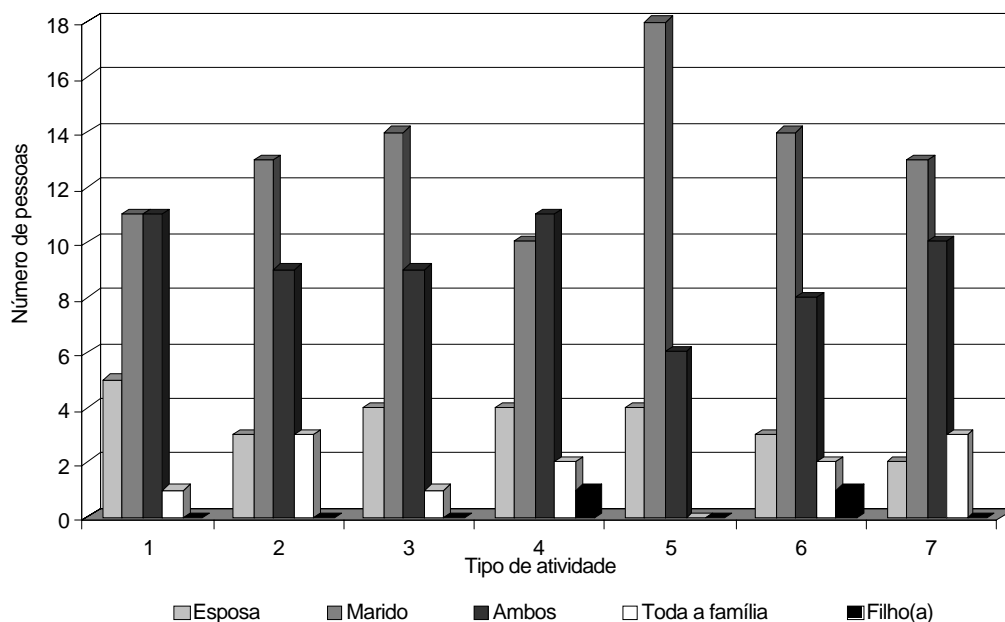
lheres repete de certa forma a argumentação sobre a não participação nessas tarefas: os maridos teriam maior entendimento para decidirem e executarem este tipo de atividade: *"Ah, porque ele que sabe discuti o preço, é a parte dele né, eu não sei o quanto vale, o quanto custa, ele entende mais. Sempre foi assim"* (D.J.L.P., casada, Timboré).

Em outros casos, aparece o conceito da autoridade masculina, de marido e de pai, que se concentra na figura do "chefe de família", sendo que a esposa visa preservar essa posição hierárquica da autoridade masculina estabelecida pela tradição, embora com certa dubiedade em relação à efetividade desse comando: *"Porque ele é o chefe, a gente deixa ele decidir. A gente interfere sim, que às vezes uma coisa a gente vê que não tá certo, então faz assim, mas a decisão final é dele"* (M.A.S., casada, Timboré).

A pequena participação individual das mulheres também foi constatada em decisões relativas à compra de animais, à necessidade de financiamento agrícola e de investimentos em infra-estrutura no lote.

Nessa lógica cabe ao homem o dever de suprir as necessidades alimentares da família seja através do trabalho agrícola na unidade de produção, seja como foi constatado em alguns casos, fora deste espaço. No entanto, algumas mulheres mencionam que participam efetivamente da administração da renda gerada no lote, direcionando-a sempre para gastos necessários e para a família. A figura do homem como gerenciador do orçamento familiar, fortemente marcada nos valores da sociedade tradicional, não é algo absoluto. Há casos em que a transferência das decisões do homem para a mulher ocorre em função de uma situação extrema e traumática, como mostra o depoimento abaixo:

"Eu acho que tem que ser os dois, juntar, discutir, ver qual que é o melhor e decidir. Nem sempre foi assim, começou duns sete, oito anos pra cá. Antes era só ele que decidia, aí depois que ele entrou numa fria por causa de decidir sozinho. Ele foi avalista do pai de uma colega (S.) e não me procurou pra ver o que eu achava (...) e nisso ele tá enrascado até esses dias, não sei hoje, porque o homem morreu. Aí depois desse dia eu disse que eu ficava no lote, mas com uma condição que eu queria o lote no meu nome, porque eu lutei desde o primeiro dia de luta e perder o lote por causa de uma dívida de uma pessoa que não mora nem aqui na terra, eu



- 1 - A distribuição dos serviços do lote
 2 - O que será plantado no lote
 3 - A decisão sobre aquisição de animais (bovinos)
 4 - Uma mudança de cultura ou criação
 5 - A venda dos produtos e para quem será vendido
 6 - A decisão sobre financiamento agrícola
 7 - Investimentos de infra-estrutura do lote

Figura 3 - Membro da Família Responsável pelas Decisões no Âmbito do Lote, nos Assentamentos Timboré e Orlando Molina, 2005. Fonte: Dados da pesquisa.

acho muito triste... Então eu disse que eu queria fazer parte de tudo, tudo que fosse fazer eu queria decidir. A gente vendeu o nosso gado, pagamos a dívida que a gente tinha na Caixa Econômica pra limpar o nome do nosso avalista... Fiquei sem vaca pra dá leite pro menino que na época era pequeno... A gente lutou, graças a Deus conseguimos comprar de novo o gado, plantamos quiabo, até mais gado do que eu vendi. (...) Tudo que for fazer eu assino, mas nós decide junto. Do jeito que tava a tendência era a gente deixar ir embora.” (V.S.S., casada, Timboré).

Observa-se, no entanto, que a participação das mulheres em outras atividades, envolvendo agentes externos e/ou demais assentados, não é proporcional ao seu envolvimento com o trabalho na propriedade, caracterizando uma exclusão de parte das mulheres dos espaços de decisão (especialmente aqueles ligados à produção/comercialização) também dentro dos assentamentos¹⁷.

Em nome de um suposto saber e experiência é preservada uma estrutura hierarquizada de família que atribui ao masculino a autoridade para tomar determinadas decisões. Como con-

seqüência, mesmo quando as mulheres participam juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de aspectos ligados à produção, à comercialização, aos investimentos a serem feitos no lote e ao financiamento agrícola. Apesar de não exercerem essas funções, 73% (oito) das mulheres¹⁸ se consideram capacitadas para decidirem sozinhas sobre o trabalho, o investimento no lote e a comercialização. Observa-se que, na maioria dos casos, a atribuição dessas tarefas aos homens não se dá por um sentimento de incapacidade das mulheres, mas por julgarem que nesses espaços o homem deve tomar a frente ou porque seriam “mais” capacitados. Por outro lado, as mulheres têm adotado estratégias para melhorar sua formação técnica nessas áreas e assim influenciar as decisões dos maridos. O aumento da participação das mulheres em cursos de capacitação, bem como em reuniões sobre assuntos diversos, vão lhes garantindo maior segurança e poder de argumentação dentro do processo de tomada de decisões.

No âmbito doméstico, mais de 57%

¹⁷Como também constataram Brumer (2004); Silva, (2003).

¹⁸Esta pergunta só foi feita para 11 mulheres (dentre as 18 entrevistadas), cujos maridos eram responsáveis por essas decisões.

(16) das mulheres decidem sozinhas o que deve ficar para o autoconsumo e 53,6% (15) determinam quais os gastos domésticos que devem ser realizados (Figura 4). Em 75% (21) dos casos verifica-se a participação das mulheres (sozinhas ou em conjunto com o marido) na decisão sobre o que deve ser plantado no quintal e 67,9% (19) delas também decidem (individualmente ou juntamente com o esposo) quais animais domésticos serão criados.

O predomínio do poder de decisão individual das mulheres no âmbito doméstico também foi constatado, dentre outros autores, por Brumer (2004). Nesse caso, a autoridade da esposa funda sua legitimidade, da mesma forma como ocorre com o marido na unidade de produção, em um vasto saber acumulado no passado por meio da execução de múltiplos afazeres domésticos, dentre os quais os cuidados com a educação e saúde dos filhos e de outros membros da família.

Ao se comparar o trabalho que realiza com aquele desenvolvido pelos demais membros da família, mais de 82% (23) das mulheres pesquisadas consideraram que seu trabalho é tão importante quanto o do marido. Em termos de número de horas, mais de 67% (19) declararam trabalhar mais do que os demais membros da família. Quanto ao esforço físico exigido, 46,4% (13) das pesquisadas consideraram o trabalho por elas desenvolvido tão pesado quanto o trabalho realizado pelos demais membros da família, enquanto 35,7% avaliaram que seu trabalho exige menor esforço.

De maneira diversa ao que foi constatado por Medeiros e Ribeiro (2001), verifica-se que as mulheres valorizam suas atividades, relatam, inclusive, que trabalham um maior número de horas do que os demais membros da família. Houve, portanto, um importante processo de diluição do caráter de “ajuda” atribuído ao trabalho da mulher, ao menos no plano das representações das mulheres.

A grande maioria das mulheres, 72% (13), avalia que, de modo geral, no assentamento, não há diferença de valorização entre o trabalho das mulheres e dos homens. Nesse caso, as justificativas utilizadas estão relacionadas com o tipo de trabalho realizado pelas mulheres e também com a participação feminina em atividades como assembleias e reuniões:

“Eu acho que não, porque a mulher

aqui vai trabalhar na roça então tem o mesmo valor. Às vezes tem algum machista que quer dizer que é mais, mas não existe isso aí não. As mulheres estão em assembleia, em reunião, a participação da mulher é igual, elas têm direito de falar, são respeitadas, tudo isso” (M.P.O, casada, Timboré).

Por outro lado, quase 28% (5) das mulheres consideram que a diferença de valorização existe. O depoimento de uma das entrevistadas chamou a atenção por tratar da questão de uma forma que corresponde bem ao que acontece frequentemente no cotidiano destas famílias:

“Ah tem sim, ainda tem muito machão. Parece que não, mas tem. Olha assim diz ‘não’, mas na real tem sim, por mais que ela faça ainda ele fala assim ‘eu sou sozinho’, é uma ajuda que ela não aparece, eu sinto essa diferença, eu vejo essa diferença. É terrível, mas tem, infelizmente, não deveria.” (L.A.F., casada, Timboré).

Apesar de as mulheres reconhecerem o trabalho que realizam, como foi visto, principalmente no âmbito da produção e comercialização, as decisões do chefe da família (o homem) continuam prevalecendo. Mas quando se analisa a maneira como esta decisão é construída pode-se observar algumas mudanças em relação ao tradicional poder de decisão centrado no homem.

Das mulheres entrevistadas, 89,3% (25) declararam que a pessoa que toma as decisões na família sempre consulta o(a) esposo(a) e 57,1% (16) consultam sempre os filhos (dependendo da idade deles) (Figura 5). Com menor frequência, em torno de 43% (12), às vezes, consultam outras pessoas (pai, mãe, outros produtores). Por outro lado, 32,1% (9) das entrevistadas mencionaram que nunca a família como um todo é consultada.

Estes dados podem ser mais bem compreendidos a partir das noções de poder e autoridade, conforme tratado por Romanelli (2002). O alto percentual de consulta à companheira indica que mais do que exercer o poder, o que prevalece, em grande parte dos casos, é o reconhecimento da autoridade do chefe de família (quase sempre associado ao homem), pois este cada vez mais compartilha as decisões com outros membros da família, especialmente a esposa. Mas cabe destacar que a manutenção da posição hierárquica da autoridade masculina, em momentos de conflito, restringe os interesses das mulheres e de outros membros da família.

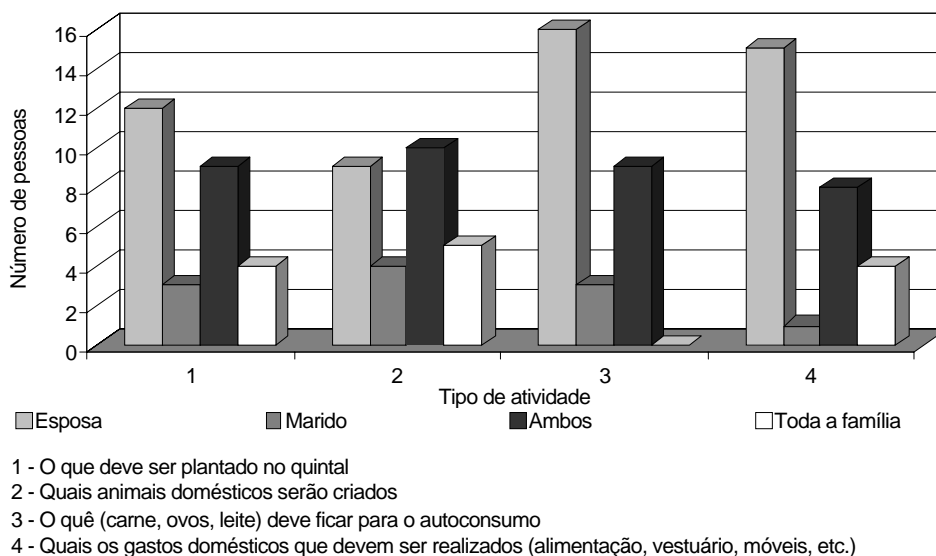


Figura 4 - Membro da Família Responsável pelas Decisões no Âmbito Doméstico, nos Assentamentos Timboré e Orlando Molina, 2005. Fonte: Dados da pesquisa.

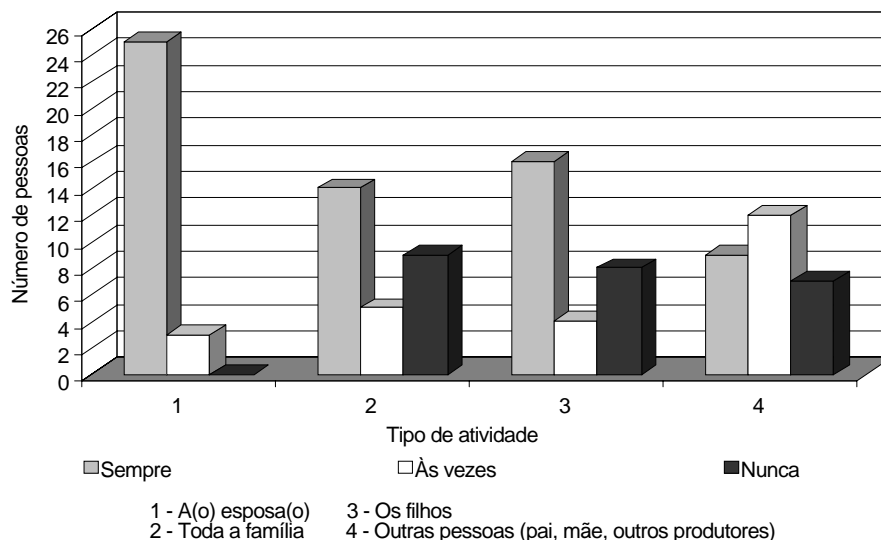


Figura 5 - Frequência com que a Pessoa que Toma as Decisões Consulta os Demais Membros da Família, nos Assentamentos Timboré e Orlando Molina, 2005. Fonte: Dados da pesquisa.

Uma das maneiras que as mulheres utilizam para buscar maior autonomia é a realização de trabalhos específicos que gerem renda de forma independente do trabalho agrícola no lote. Dentre o total de mulheres pesquisadas nos dois Assentamentos (28), mais de 39% (11) realizam este tipo de trabalho. Em seis casos a atividade é realizada no próprio lote, em três casos no Assentamento (agentes comunitárias de saúde e “receptionistas” do leite no tanque de expansão) e em dois casos o trabalho é realizado na cidade (como empregadas domésticas).

Dentre estas 11 mulheres, três desenvolvem algum tipo de atividade artesanal e ape-

nas uma mulher realiza transformação de alimentos, fazendo doces com produtos do quintal (frutas diversas e abóbora). Outra atividade realizada dentro do próprio Assentamento consiste na venda de lençóis e toalhas. Deduzido o custo de produção, o dinheiro que sobra é utilizado para cobrir necessidades da família. Apenas três mulheres consideram esta renda importante, a maioria afirma que é apenas complementar à renda familiar, como mostram estes dois depoimentos: “Ele [o dinheiro] entra na composição, ele é gasto dentro da casa, é consumo de casa, é lazer, enfim é pra isso, junta o meu e o dele” (L.A.F, casada, Timboré). “Ele [o dinheiro] entra pra

ajudar a pagar alguma coisa que a gente esteja precisando e um pouco que sobra eu uso comprando material pra mim trabalhar e é pouco ainda” (M.P.O, casada, Timboré).

Observa-se que parte das mulheres reafirma a subordinação econômica de gênero ao esconder a importância econômica de seu trabalho e ao considerar sua renda complementar, mesmo quando, na realidade, ela é responsável por arcar com boa parte das despesas monetárias da família e também pelo estabelecimento de relações sociais mais dignas, expressas na ampliação de sua autonomia.

Há certa ambiguidade em relação à importância que as mulheres atribuem ao seu trabalho, pois quando questionadas em um plano mais geral, consideram seu trabalho tão importante quanto o do homem, mas quando se referem a uma atividade concreta e que está sendo efetivamente realizada, subestimam a contribuição econômica de seu trabalho para a família. Possivelmente esta é uma estratégia utilizada pelas mulheres para não criar conflitos intra-familiares, na medida em que prevalece a idéia de que o suprimento de bens econômicos é responsabilidade masculina. Dessa forma, ao menos no espaço público, a autoridade ligada ao âmbito masculino não é subvertida.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu verificar que a maioria das mulheres acumula o trabalho doméstico/quintal e o trabalho na esfera produtiva geral do lote, e, em alguns casos, ainda desenvolvem outras atividades remuneradas (agrícolas e não-agrícolas). Esta atuação relevante no trabalho e na geração de renda, no entanto, não é acompanhada de participação, na mesma pro-

porção, nas decisões, especialmente aquelas referentes aos cultivos e criações destinados à comercialização e em ações que demandam contato direto com agentes externos (pessoas físicas e jurídicas). Este fato mostra que a mulher continua sendo excluída de alguns espaços decisórios, pois embora seja consultada para opinar sobre diversos assuntos, a decisão final cabe ao marido (ou homem adulto presente na casa), o que em situações de conflitos evidencia que prevalece a idéia hierárquica de autoridade ligada ao masculino.

Frente a essa realidade, as mulheres dos Assentamentos Timboré e Orlando Molina, têm utilizado várias estratégias para aumentar sua participação nas decisões no âmbito do lote. Essas estratégias incluem maior presença em reuniões, palestras e cursos técnicos sobre atividades produtivas e de comercialização, em reivindicações junto aos órgãos públicos, além dos casos em que buscam uma atividade profissional remunerada.

As estratégias utilizadas pelas mulheres visam aumentar a seu poder e influência nas decisões familiares, mas, a maioria das mulheres, em função de aceitar ou de não se sentir com força para se contrapor à autoridade masculina, reproduz o discurso da separação dos espaços masculino e feminino. Esta postura das mulheres de evitar conflitos internos à família, embora implique, em alguns momentos, a manutenção da subordinação, é condizente com as representações que atribuem à mulher a responsabilidade pela união do grupo doméstico. Por outro lado, as mulheres ao participarem de atividades externas ao lote podem abrir um leque de atuação pública que permite tirar da especificidade de cada família questões que, na verdade, são comuns ao assentamento e assim legitimá-las (como a participação nas decisões).

LITERATURA CITADA

ALBUQUERQUE, E.; MENEZES, M. O valor material e simbólico da renda renascentista. **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

_____. PAULILO, M. I. As agriculturas do sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 164 p.

CORDEIRO, R. de L. M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife (PE): Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 145-171.

COSTA, S. M. A. L. et al. Um caso de agregação de valor em assentamentos rurais: a agroindústria das mulheres do assentamento de São José I, no Município de Birigui, Estado de São Paulo, Brasil. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; SAMPAIO, M. F. A. (Org.). **Sistemas agroalimentares: análises e perspectivas para a América Latina**. Campinas (SP): M. F. A. Sampaio, 2003. p. 157-165.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Relações de gênero nos assentamentos rurais: violência e resistência na constituição de um novo modo de vida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu (PR). **Anais...** Brasília (DF): SOBER, 2004. 1 CD-ROM.

HEREDIA, B. M. A. de. **Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de desenvolvimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 22 set 2008.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília (DF): IICA/NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p.

MASCENA, R. C. de. Políticas de reforma agrária e agricultura familiar: e a equidade de gênero? **Orçamento & Política Agrária e Agrícola**, Brasília (DF), ano 1, n. 2, p. 01-04, 2002.

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. As mulheres na agricultura familiar: tecendo alternativas visíveis ou invisíveis? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, 4., 2001, Goiânia (GO). **Anais...** Goiânia/Lavras(MG): ABAR/UFLA, 2001. 1 CD-ROM.

MELO, L. A. de. Relações de gênero na convivência com o semi-árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife (PE): Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 173-191.

PANZUTTI, N. P. M. **Mulher rural: eminência oculta**. Campinas (SP): Alínea, 2006. 101 p.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, p. 229-252, 2004.

POLETINE, A. V. et al. Mulheres da terra: expressões de participação/recuo na construção do futuro dos assentamentos de Araraquara – SP. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2., 2005, Campinas (SP). **Anais...** Campinas/Paris: FEAGRI/UNICAMP/CRBC, 2005. CD-ROM.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. p. 73-88.

SALVARO, G. I. J. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. 246 p. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife (PE): Ed. da UFPE, 2006. p. 127-144.

SILVA, M. A. de M. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 107-157.

SIMIÃO, D. S.; MARCHI, L. **Falando em gênero: novas práticas de relações de gênero no trabalho com setores populares**. Curitiba: ADITEPP, 1995. 22 p.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO E NAS DECISÕES FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS RURAIS, REGIÃO DE ANDRADINA, ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO: *Este artigo analisa a participação das mulheres na produção e comercialização, no trabalho doméstico e não-agrícola, nos assentamentos Timboré e Orlando Molina, região de Andradina, Estado de São Paulo. Foram aplicados questionários a 28 mulheres e realizadas entrevistas com parte destas (18), técnicos e outros atores sociais ligados aos assentamentos. Constatou-se que embora a mulher tenha atuação relevante no trabalho e na renda familiar, sua participação nas decisões não ocorre na mesma proporção, especialmente na comercialização e em ações que envolvem agentes externos. A maioria das mulheres responde, utilizando várias estratégias para aumentar sua influência nas decisões familiares, mas evitam desafiar diretamente a autoridade do marido.*

Palavras-chave: *mulheres assentadas, relações de gênero, trabalho, participação nas decisões, região de Andradina, Estado de São Paulo.*

WOMEN'S PARTICIPATION IN WORK AND FAMILY DECISION MAKING IN RURAL SETTLEMENTS, ANDRADINA REGION, SAO PAULO STATE

ABSTRACT: *This article analyzes women's participation in agricultural production and commercialization, as well as in inside the home and non-agricultural work at Timboré and Orlando Molina rural settlements, in the region of Andradina, Sao Paulo State. Questionnaires were handed out to 28 women and interviews conducted with 18 of them and also with technicians and other agents involved in the settlements. The overall results show that although women average a great contribution to work and household income, their participation in decision-making does not occur in the same proportion, particularly with regards to commercialization and actions involving external agents. Most women in the study have been responding to this situation by resorting to several strategies to gain ground in family decision making, albeit without directly challenging their husbands' authority.*

Key-words: *settled women, gender relationships, work, participation in decisions, Andradina region, Sao Paulo State.*

Recebido em 29/09/2008. Liberado para publicação em 04/05/2009.